

PREGÃO ELETRÔNICO

90066/2025

CONTRATANTE/GERENCIADOR

(UASG) (158139)

OBJETO

Aquisição de materiais de limpeza e descartáveis para o restaurante estudantil Campus Macaé conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 101.028,45

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

25/05/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
10. DO TERMO DE CONTRATO	20
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	21
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	22
13. DOS RECURSOS	23
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	23
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	26
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9066/2025

(Processo Administrativo nº23320.003169.2025-61)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE., CNPJ 10.779.511/0001-07, por meio do(a) CALCM, sediado(a) CORONEL WALTER KRAMER, 363, bairro PARQUE SANTO ANTÔNIO, na cidade de CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, CEP 28080565, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de materiais de limpeza e descartáveis para o restaurante estudantil - Campus Macaé, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3], para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de

sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.11. sociedades cooperativas;

3.10.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10.13. pessoas físicas.

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.18. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.9. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de

desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.15.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário;

5.1.2. marca;

5.1.3. fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional .

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

- 5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$0,05 (CINCO CENTAVOS DE REAL).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o

encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema,

contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21.8. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2. empresas brasileiras;

6.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sicafe;
 - 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
 - 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
 - 8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.9. contiver vícios insanáveis;
 - 7.10. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
 - 7.11. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.12. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.13. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
 - 7.14. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.15. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.16. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.17. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.18. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.19. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.20. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 7.21. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.22. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.23. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.24. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.25. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.26. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.27. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.28. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.29. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.30. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.31. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.32. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.33. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.34. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.35. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.36. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 7.37. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 7.38. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.39. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.
- 7.40. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da

licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro

/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fê pública.

Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *XX (xxxxx)* dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1. ,1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. , salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei; 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras.macaee@iff.edu.br

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

15.11.2. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

15.11.3. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

15.11.4. Anexo V – Termo de Ciência e Concordância;

Macaé, 07 de maio de 2026

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE.

(Processo Administrativo nº23320.003169.2025-61)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de limpeza e descartáveis para o restaurante estudantil - Campus Macaé, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTD	UND	UNITÁRIO	TOTAL
1	Acendedor De Fogão 30Cm – Cabo Longo, Acionamento Por Botão.	405733	30	und	R\$ 8,64	R\$ 259,20
2	Caixa Plástica Em Pead, Cor Branca 60x40x24cm, Com Tampa.	442275	20	und	R\$ 49,00	R\$ 980,00
3	Caixa Plástica Resistente, Branca, Fechada, Com Tampa Hermética 40x30x13 Cm	370149	20	und	R\$ 51,97	R\$ 1.039,40
4	Caixa Plástica, Branca, Fechada, Com Tampa Hermética 53x32x18 Cm 25l	370149	10	und	R\$ 52,50	R\$ 525,00
5	Caixa Térmica, Material:Isoboxmoldada Em Polietileno, Capacidade:90 L	373887	2	und	R\$ 879,87	R\$ 1.759,74
6	Colher Plástica De Refeição Reforçada Embalagem: Caixa Com 1.000 Unidades	235786	100	caixa	R\$ 56,45	R\$ 5.645,00
7	Copos Descartáveis De 200ml De Primeira Qualidade. Caixa Com 2500 Copos	629998	15	caixa	R\$ 125,38	R\$ 1.880,70
8	Copos Plásticos Com Tampa Para Sobrecozinha Cap.100ml Embalagem: Caixa Com 2.000 Unidades	231926	10	caixa	R\$ 149,00	R\$ 1.490,00
9	Embalagem Eps (Poliestireno Expandido) - Cumbucas Mc 500 Redonda Sem Tampa Altura 5.6cm/ Diâmetro: 14 cm. Capacidade 500ml. Caixa Com 100 Unidades	435569	900	caixa	R\$ 39,98	R\$ 35.982,00
10	Fósforo Extra Longo, Caixa Com 50 Palitos	241343	300	caixa	R\$ 3,32	R\$ 996,00
11	Garfo Refeição Plástico Reforçado. Embalagem: Caixa C/1000 Unidades	278466	100	caixa	R\$ 64,30	R\$ 6.430,00
12	Lona Plástica Grossa, Cor Preta, Ideal Para Construção, Reforma, Obra, Mínimo De 200 Micras 120mts =4x30mts	437348	1	un	R\$ 254,60	R\$ 254,60
13	Luva Descartável, Tipo Cirúrgica, Sem Pó, Estéril, De Látex, Isenta De Furos, Rasgos Ou Quaisquer Outros Defeitos, Emoldados De Acordo Com A Praxe Do Fabricante. Podendo Ser Solicitado Tamanhos Do P Ao G. Caixa Com 50 Pares/100 Unidades	397421	10	caixa	R\$ 20,20	R\$ 202,00
14	Luva Plástica Descartável, Que Proteja Os Alimentos Do Contato Com As Mãos. Tamanho Único. Pacote Com 100 Unidades.	619861	10	pacote	R\$ 16,36	R\$ 163,60
15	Máscara Descartável Tnt, Branca/Azul, Com 3 Camadas, E Elástico. Com Ajuste Metálico No Nariz. Caixa Com 50 Unidades	385112	10	caixa	R\$ 6,71	R\$ 67,10
16	Monobloco Vazado - 35 Litros, De Plástico Resistente, Cor Branca 56x36x25cm	367188	20	und	R\$ 37,00	R\$ 740,00
17	Palets Estrado. Material Plástico Resistente. Cor Preto. Tamanho Mínimo 1,20m X,1m X 8cm(Largura X Comprimento X Altura).	318841	10	und	R\$ 134,50	R\$ 1.345,00

	Suporta Até 2000 Kg.					
18	Palets Estrado. Material Plástico Resistente. Cor Preto. Tamanho Mínimo 70cm X,60 Cm X 8cm(Largura X Comprimento X Altura). Suporta Até 2000 Kg.	609916	20	und	R\$ 97,11	R\$ 1.942,20
19	Pano De Prato - Pano De Prato Branco, Liso Ou Estampa, De Algodão. Medida Aproximada De 60 Cm X 35 Cm	344983	20	und	R\$ 3,16	R\$ 63,20
20	Papel Toalha Interfolha - Pacote Com 1000 Folhas.	457477	30	pacote	R\$ 20,02	R\$ 600,60
21	Saco Hamburgão Papel, Branco. 19 X 13cm Embalagem: Fardo Com 1.000 Unidades.	392176	100	fardo	R\$ 27,50	R\$ 2.750,00
22	Saco Plástico De Polietileno Transparente Esterilizado Para Coleta De Amostras Sólidas, Semi-Sólidas E Líquidas, Acompanhando Arame Flexível Para Fechamento Do Saco E Impedir Vazamentos. Com Tarja Branca Para Identificação Das Amostras. Medida Aproximada (Dp 2cm) 30 Cm X 14 Cm. Padrão Para Cozinha Industrial.	232137	6	milheiro	R\$ 114,20	R\$ 685,20
23	Saquinho De Plástico Descartável Para Fruta – Contendo 1000 Unidades Cada Pacote. Para Uso Colocação Fruta. Medida Aproximada 12 X 25.	450648	60	pacote	R\$ 84,42	R\$ 5.065,20
24	Toalha De Mesa Plástica, Cor: Cristal Transparente, Espessura: 0,20mm, Medindo 1,40 De Largura . Rolo De 50 M	630747	1	und	R\$ 25,00	R\$ 25,00
25	Touca Descartável, Tipo Turbante Com Elástico Nas Bordas.	369561	30	pacote c /100 un	R\$ 7,58	R\$ 227,40
26	Álcool Etilico Líquido 70%	269943	40	Bombona de 5L	R\$ 32,65	R\$ 1.306,00
27	Álcool Antisséptico 70% Gel, Refil Para Dispenser De Parede	273231	50	Embalagem de 800ml	R\$ 10,28	R\$ 514,00
28	Desengordurante Para Uso Em Cozinha Industrial	479016	10	Bombona de 5L	R\$ 97,25	R\$ 972,50
29	Detergente Líquido Neutro Para Lavagem De Louça	283054	400	Bombona de 5L	R\$ 25,00	R\$ 10.000,00
30	Detergente Para Máquina De Lavar Louça Industrial	244300	20	Bombona de 5 litros	R\$ 15,00	R\$ 300,00
31	Esponja De Limpeza Antibactéria Dupla Face, Pacote Com Quatro Unidades	225905	240	pacote	R\$ 2,35	R\$ 564,00
32	Esponja Para Limpeza De Inox.	433820	200	und	R\$ 2,00	R\$ 400,00
33	Limpador Multiuso Líquido	626249	40	Unidade com 500mL	R\$ 2,03	R\$ 81,20
34	Líquido Secante Para Máquina De Lavar Louça Industrial	282917	5	Bombona de 5 litros	R\$ 58,35	R\$ 291,75
35	Luva De Latex Amarela, Tamanho G	614948	40	Par	R\$ 6,78	R\$ 271,20
36	Luva De Latex Amarela, Tamanho M	366699	40	Par	R\$ 2,50	R\$ 100,00
37	Pá De Lixo, Com Cabo Longo Metal	395513	7	und	R\$ 9,40	R\$ 65,80
38	Pano Multiuso Descartável. Rolo Com 300m	618578	10	und	R\$ 76,88	R\$ 768,80
39	Refil Para Rodo Do Tipo Esponja	485479	10	und	R\$ 18,35	R\$ 183,50
40	Rodo Cabo Plástico Ou Metal Tamanho Médio	228863	20	und	R\$ 6,99	R\$ 139,80
41	Rodo Do Tipo Esponja	446183	7	und	R\$ 7,98	R\$ 55,86
42	Sabonete Anti Séptico Líquido Gel, Refil Para Dispenser De Parede	463131	50	Embalagem de 1000ml	R\$ 11,41	R\$ 570,50
43	Saco De Lixo 100 Litros - Reforçado, Cor Preta, Pacote Com 100 Unidades.	626243	200	pacote	R\$ 33,92	R\$ 6.784,00

44	Saco De Lixo 20 Litros - Reforçado, Cor Preta, Pacote Com 100 Unidades.	626244	50	pacote	R\$ 10,00	R\$ 500,00
45	Saco De Lixo 200 Litros - Reforçado, Cor Preta, Pacote Com 100 Unidades.	458145	200	pacote	R\$ 26,89	R\$ 5.378,00
46	Sanitizante Em Pó Para Frutas, Legumes E Verduras, Embalagem De 1kg	437157	20	und	R\$ 15,16	R\$ 303,20
47	Saponáceo Em Pó, Frasco Com 300g	397907	20	frasco	R\$ 3,11	R\$ 62,20
48	Vassoura Cabo Longo Piaçava De Nylon	626231	20	und	R\$ 14,90	R\$ 298,00
				TOTAL	R\$ 101.028,45	

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT) e do presente Termo de Referência, prevalecem as últimas.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Conteúdo reciclado e reaproveitamento de materiais: Será conferida preferência, sempre que técnica e economicamente viável, a produtos que contenham matéria-prima reciclada pós-consumo, sem prejuízo da qualidade, segurança e desempenho exigidos.;
- 4.1.2. Embalagens ambientalmente responsáveis: As embalagens deverão observar critérios de redução de volume, priorizando soluções recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, bem como estar isentas de substâncias perigosas ao meio ambiente ou à saúde humana.; e

4.1.3. Durabilidade e vida útil ampliada: Os bens de natureza não descartável , tais como caixas plásticas, utensílios, recipientes e equipamentos — deverão apresentar robustez, resistência e durabilidade, bem como, sempre que aplicável, possibilidade de reparo, visando à redução da geração de resíduos sólidos.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.41. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.41.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.41.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.41.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.42. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de até 25% (a ser definida conforme Decreto vigente) , prevista no Decreto n.º 11.531/2023 (ou outro vigente à época da licitação) , conforme disposto na Resolução n.º 01/2018 (ou vigente) da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

5.1.1 O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, sem previsão de prorrogação automática.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Campus	Endereço	Horário de Atendimento
Macaé	Rodovia Amaral Peixoto, km 164 – Imboassica – Macaé/RJ – CEP: 27932-050	09:00 às 13:00 / 14:00 às 18:00

5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total de validade recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. Compete ao fiscal administrativo verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como acompanhar os procedimentos relativos a empenho, pagamento, garantias, glosas, apostilamentos e termos aditivos, solicitando documentos comprobatórios sempre que necessário;

6.15.2. Na hipótese de descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará de forma tempestiva, reportando a situação ao gestor do contrato quando a providência ultrapassar sua competência.; e

6.15.3. O fiscal administrativo manterá registro atualizado de todas as comunicações, verificações e ocorrências, incluindo relatórios periódicos que demonstrem o andamento da execução e o atendimento aos prazos estabelecidos.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante

terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice XXXX de correção monetária.[A4]

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/09/2025. de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.4.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital OU tabela constante no item 1,1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 (dez) % do valor total estimado da contratação;

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, admitindo-se, para fins de análise de tendência, a verificação cumulativa dos dois últimos exercícios, sob pena de inabilitação.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 101.028,45 (Cento e um mil, vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente .

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Macaé, 04 de Maio de 2026

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE

Estudo Técnico Preliminar 161/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23320.003169.2025-61

2. Descrição da necessidade

Com base na experiência operacional acumulada no Restaurante Estudantil do Campus Macaé ao longo dos últimos anos, identificou-se a necessidade de aquisição de materiais de limpeza e de itens descartáveis, conforme quantitativos e especificações constantes da tabela abaixo, observadas as condições, exigências técnicas e critérios estabelecidos neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Total
1	Acendedor De Fogão 30 Cm – Cabo Longo, Acionamento Por Botão.	405733	30	und	R\$ 8,64	R\$ 259,20
2	Caixa Plastica Em Pead, Cor Branca 60x40x24cm, Com Tampa.	442275	20	und	R\$ 49,00	R\$ 980,00
3	Caixa Plástica Resistente, Branca, Fechada, Com Tampa Hermética 40x30x13 Cm	370149	20	und	R\$ 51,97	R\$ 1.039,40
4	Caixa Plástica, Branca, Fechada, Com Tampa Hermética 53x32x18 Cm 25l	370149	10	und	R\$ 52,50	R\$ 525,00
5	Caixa Térmica, Material:Isoboxmoldada Em Polietileno, Capacidade:90 L	373887	2	und	R\$ 879,87	R\$ 1.759,74
6	Colher Plástica De Refeição Reforçada Embalagem: Caixa Com 1.000 Unidades	235786	100	caixa	R\$ 56,45	R\$ 5.645,00

7	Copos Descartáveis De 200ml De Primeira Qualidade. Caixa Com 2500 Copos	629998	15	caixa	R\$ 125,38	R\$ 1.880,70
8	Copos Plásticos Com Tampa Para Sobremesa Cap.100ml Embalagem: Caixa Com 2.000 Unidades	231926	10	caixa	R\$ 149,00	R\$ 1.490,00
9	Embalagem Eps (Poliestireno Expandido) - Cumbucas Mc 500 Redonda Sem Tampa Altura 5.6cm/ Diâmetro: 14cm. Capacidade 500ml. Caixa Com 100 Unidades	435569	900	caixa	R\$ 39,98	R\$ 35.982,00
10	Fósforo Extra Longo, Caixa Com 50 Palitos	241343	300	caixa	R\$ 3,32	R\$ 996,00
11	Garfo Refeição Plástico Reforçado. Embalagem: Caixa C/1000 Unidades	278466	100	caixa	R\$ 64,30	R\$ 6.430,00
12	Lona Plástica Grossa, Cor Preta, Ideal Para Construção, Reforma, Obra, Mínimo De 200 Micras 120mts =4x30mts	437348	1	un	R\$ 254,60	R\$ 254,60
13	Luva Descartável, Tipo Cirúrgica, Sem Pó, Esteril, De Látex, Isenta De Furos, Rasgos Ou Quaisquer Outros Defeitos, Emoldados De Acordo Com A Praxe Do Fabricante. Podendo Ser Solicitado Tamanhos Do P Ao G. Caixa Com 50 Pares/100 Unidades	397421	10	caixa	R\$ 20,20	R\$ 202,00

14	Luva Plástica Descartável, Que Proteja Os Alimentos Do Contato Com As Mãos. Tamanho Único. Pacote Com 100 Unidades.	619861	10	pacote	R\$ 16,36	R\$ 163,60
15	Máscara Descartável Tnt, Branca/Azul, Com 3 Camadas, E Elástico. Com Ajuste Metálico No Nariz. Caixa Com 50 Unidades	385112	10	caixa	R\$ 6,71	R\$ 67,10
16	Monobloco Vazado - 35 Litros, De Plástico Resistente, Cor Branca 56x36x25cm	367188	20	und	R\$ 37,00	R\$ 740,00
17	Palets Estrado. Material Plástico Resistente. Cor Preto. Tamanho Mínimo 1,20m X,1m X 8cm(Largura X Comprimento X Altura). Suporta Até 2000 Kg.	318841	10	und	R\$ 134,50	R\$ 1.345,00
18	Palets Estrado. Material Plástico Resistente. Cor Preto. Tamanho Mínimo 70cm X,60 Cm X 8cm(Largura X Comprimento X Altura). Suporta Até 2000 Kg.	609916	20	und	R\$ 97,11	R\$ 1.942,20

19	Pano De Prato - Pano De Prato Branco, Liso Ou Estampa, De Algodão. Medida Aproximada De 60 Cm X 35 Cm	344983	20	und	R\$ 3,16	R\$ 63,20
20	Papel Toalha Interfolha - Pacote Com 1000 Folhas.	457477	30	pacote	R\$ 20,02	R\$ 600,60
21	Saco Hamburgão Papel, Branco. 19 X 13cm Embalagem: Fardo Com 1.000 Unidades.	392176	100	fardo	R\$ 27,50	R\$ 2.750,00
22	Saco Plástico De Polietileno Transparente Esterilizado Para Coleta De Amostras Sólidas, Semi-Sólidas E Líquidas, Acompanhando Arame Flexível Para Fechamento Do Saco E Impedir Vazamentos. Com Tarja Branca Para Identificação Das Amostras. Medida Aproximada (Dp 2cm) 30 Cm X 14 Cm. Padrão Para Cozinha Industrial.	232137	6	milheiro	R\$ 114,20	R\$ 685,20
23	Saquinho De Plástico Descartável Para Fruta – Contendo 1000 Unidades Cada Pacote. Para Uso Colocação Fruta. Medida Aproximada 12 X 25.	450648	60	pacote	R\$ 84,42	R\$ 5.065,20
24	Toalha De Mesa Plástica, Cor: Cristal Transparente, Espessura: 0,20mm, Medindo 1,40	630747	1	und	R\$	R\$ 25,00

	De Largura . Rolo De 50 M				25,00	
25	Touca Descartável, Tipo Turbante Com Elástico Nas Bordas.	369561	30	pacote c/100 un	R\$ 7,58	R\$ 227,40
26	Álcool Etílico Líquido 70%	269943	40	Bombona de 5L	R\$ 32,65	R\$ 1.306,00
27	Álcool Antisséptico 70% Gel, Refil Para Dispenser De Parede	273231	50	Embalagem de 800ml	R\$ 10,28	R\$ 514,00
28	Desengordurante Para Uso Em Cozinha Industrial	479016	10	Bombona de 5L	R\$ 97,25	R\$ 972,50
29	Detergente Líquido Neutro Para Lavagem De Louça	283054	400	Bombona de 5L	R\$ 25,00	R\$ 10.000,00
30	Detergente Para Máquina De Lavar Louça Industrial	244300	20	Bombona de 5 litros	R\$ 15,00	R\$ 300,00
31	Esponja De Limpeza Antibactéria Dupla Face, Pacote Com Quatro Unidades	225905	240	pacote	R\$ 2,35	R\$ 564,00
32	Esponja Para Limpeza De Inox.	433820	200	und	R\$ 2,00	R\$ 400,00
33	Limpador Multiuso Líquido	626249	40	Unidade com 500mL	R\$ 2,03	R\$ 81,20
34	Líquido Secante Para Máquina De Lavar Louça Industrial	282917	5	Bombona de 5 litros	R\$ 58,35	R\$ 291,75
35	Luva De Latex Amarela, Tamanho G	614948	40	Par	R\$ 6,78	R\$ 271,20
36	Luva De Latex Amarela, Tamanho M	366699	40	Par	R\$ 2,50	R\$ 100,00
37	Pá De Lixo, Com Cabo Longo Metal	395513	7	und	R\$ 9,40	R\$ 65,80
38	Pano Multiuso Descartável. Rolo Com 300m	618578	10	und	R\$	R\$

					76,88	768,80
39	Refil Para Rodo Do Tipo Esponja	485479	10	und	R\$ 18,35	R\$ 183,50
40	Rodo Cabo Plástico Ou Metal Tamanho Médio	228863	20	und	R\$ 6,99	R\$ 139,80
41	Rodo Do Tipo Esponja	446183	7	und	R\$ 7,98	R\$ 55,86
42	Sabonete Antisséptico Líquido Gel, Refil Para Dispenser De Parede	463131	50	Embalagem de 1000ml	R\$ 11,41	R\$ 570,50
43	Saco De Lixo 100 Litros - Reforçado, Cor Preta, Pacote Com 100 Unidades.	626243	200	pacote	R\$ 33,92	R\$ 6.784,00
44	Saco De Lixo 20 Litros - Reforçado, Cor Preta, Pacote Com 100 Unidades.	626244	50	pacote	R\$ 10,00	R\$ 500,00
45	Saco De Lixo 200 Litros - Reforçado, Cor Preta, Pacote Com 100 Unidades.	458145	200	pacote	R\$ 26,89	R\$ 5.378,00
46	Sanitizante Em Pó Para Frutas, Legumes E Verduras, Embalagem De 1kg	437157	20	und	R\$ 15,16	R\$ 303,20
47	Saponáceo Em Pó, Frasco Com 300g	397907	20	frasco	R\$ 3,11	R\$ 62,20
48	Vassoura Cabo Longo Piaçava De Nylon	626231	20	und	R\$ 14,90	R\$ 298,00
			TOTAL		R\$ 101.028,45	

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DGCM - CAECM	Alessandra Paravidino

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Considerando a política institucional de compras sustentáveis do IFFluminense – Campus Macaé, serão priorizados produtos que apresentem menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida, desde a fabricação até a destinação final. Materiais plásticos, como caixas, recipientes e paletes, deverão conter conteúdo reciclado em sua composição, desde que preservadas as propriedades de resistência mecânica, segurança e adequação ao uso em cozinha industrial.

Os produtos de limpeza deverão possuir formulações ambientalmente responsáveis, com redução de substâncias nocivas, sendo vedada a presença de fosfatos, formaldeído e outros compostos acima dos limites legais. As embalagens de papel e derivados celulósicos deverão, preferencialmente, ser fabricadas com material reciclado pós-consumo ou provenientes de fontes sustentáveis certificadas.

No âmbito da responsabilidade pós-consumo, os fornecedores deverão apresentar proposta de logística reversa para recolhimento de embalagens vazias de produtos químicos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Todos os produtos deverão atender integralmente às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, em especial aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e por demais órgãos reguladores competentes. Para itens sujeitos à vigilância sanitária, será obrigatória a apresentação do Certificado de Regularidade (CR) ou da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) do fabricante, bem como do registro do produto no órgão competente ou documento que comprove sua dispensa, conforme legislação específica.

Os produtos perecíveis ou com prazo de validade definido deverão ser entregues com 100% de sua vida útil remanescente, contada a partir da data de recebimento e aceitação pela Administração, sendo vedada a entrega de itens com validade inferior a seis meses quando se tratar de produtos de alto giro e uso contínuo. O fornecedor deverá garantir a rastreabilidade completa dos produtos, apresentando documentação que comprove a origem das matérias-primas e a conformidade da cadeia produtiva.

Os produtos destinados ao contato direto ou indireto com alimentos deverão ser isentos de substâncias perigosas, atendendo aos limites estabelecidos pela Diretiva RoHS, especialmente quanto à presença de metais pesados como cádmio, chumbo, mercúrio e cromo hexavalente.

A entrega deverá ocorrer com produtos novos, acondicionados em embalagens originais, íntegras, lacradas e devidamente identificadas com número de lote, data de fabricação e prazo de validade, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor. O fornecedor será integralmente responsável pela conformidade, integridade e segurança dos itens fornecidos, comprometendo-se à substituição imediata em caso de qualquer não conformidade que comprometa a saúde pública ou a segurança alimentar.

Os produtos plásticos, incluindo caixas, monoblocos, paletes e embalagens, deverão conter percentual mínimo de material reciclado pós-consumo, sem prejuízo das propriedades funcionais, sendo obrigatória a apresentação de declaração do fabricante.

Produtos de limpeza, saneantes e desinfetantes deverão possuir formulação biodegradável, comprovada por laudo técnico, sendo vedada a presença de fosfatos, ftalatos, fenóis, formaldeídos, triclosan e demais agentes tóxicos ou ecotóxicos acima dos limites legais.

As embalagens de papel e celulose deverão conter, no mínimo, 30% de fibra reciclada pós-consumo ou ser provenientes de manejo florestal sustentável certificado, como FSC. Produtos que utilizem gases em seu processo produtivo, a exemplo de embalagens em EPS, não poderão empregar CFCs, HCFCs ou outros gases com elevado potencial de destruição da camada de ozônio ou de aquecimento global.

O fornecedor ou fabricante deverá declarar formalmente que não utiliza mão de obra infantil, forçada ou análoga à escrava em nenhuma etapa de sua cadeia produtiva, em conformidade com a legislação trabalhista vigente.

Será considerada desejável a comprovação da adoção de Sistema de Gestão Ambiental certificado, como a ISO 14001, ou de Boas Práticas de Fabricação (BPF), demonstrando o comprometimento com a redução de impactos ambientais do processo produtivo.

As embalagens secundárias e de transporte deverão ser minimizadas, recicláveis e, preferencialmente, fabricadas com material reciclado, sendo vedado o uso de embalagens excessivas ou não recicláveis.

O fornecedor deverá apresentar plano de logística de baixo impacto ambiental, contemplando consolidação de cargas, roteirização eficiente e utilização de frota com tecnologia de baixa emissão de poluentes, em conformidade com os padrões ambientais vigentes. A adoção de práticas de medição e compensação das emissões de gases de efeito estufa será considerada como critério de pontuação ou desempate, quando aplicável.

Os produtos de limpeza deverão ser, preferencialmente, concentrados ou permitir diluição otimizada, visando à redução do consumo de água, da geração de resíduos e do custo por aplicação.

Itens como caixas plásticas, paletes e equipamentos de limpeza deverão ser projetados para longa vida útil, modularidade, empilhabilidade e resistência ao uso contínuo em ambiente de cozinha industrial. Os produtos de limpeza deverão apresentar eficácia comprovada mesmo em água fria ou morna, contribuindo para a redução do consumo energético.

O fornecedor deverá implementar sistema de logística reversa para embalagens primárias de produtos químicos, bombonas plásticas de 5 litros e itens de maior volume ao final de sua vida útil, apresentando plano detalhado com cronograma de coleta, responsabilidades e certificados de destinação ambientalmente adequada.

Produtos descartáveis, quando aplicável, deverão ser biodegradáveis ou compostáveis, atendendo às normas técnicas pertinentes. O fornecedor deverá ainda fornecer instruções claras para o descarte ambientalmente correto dos produtos e de suas embalagens.

A comprovação do atendimento aos requisitos estabelecidos deverá ocorrer por meio de certificados, laudos técnicos, fichas de segurança, declarações do fabricante e demais documentos exigidos, passíveis de verificação pela fiscalização contratual.

A Administração poderá requisitar amostras dos produtos a qualquer tempo para realização de ensaios laboratoriais. A constatação de irregularidades implicará notificação para regularização imediata, sob pena de aplicação das sanções administrativas e contratuais previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

Também serão priorizados critérios ambientais concretos, conforme detalhado a seguir:

Embalagens e Descartáveis:

Itens 6, 7, 8, 9, 11: mínimo 30% de material reciclado pós-consumo OU biodegradáveis conforme ABNT NBR 15448

Item 9 (Cumbucas EPS): serão aceitas alternativas em PLA ou bagaço de cana

Itens 21, 22, 23: espessura mínima de 30 micras com mensagem educativa sobre descarte

Produtos de Limpeza (Itens 26-34, 42, 46, 47):

Exigência de Selo de Qualidade Ambiental (ISO 14001) ou certificação Ecolabel Type I

Sistema de logística reversa obrigatório para bombonas de 5L

Fornecimento de FISPQs em português

Embalagens de Transporte:

Itens 2-4, 16: não embalados individualmente em plástico filme

Paletes (Itens 17-18): mínimo 50% de plástico reciclado pós-consumo

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi conduzido em estrita observância às diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e das melhores práticas de inteligência de mercado, utilizando fontes oficiais e de domínio público para garantir a representatividade e a confiabilidade dos dados.

A metodologia de coleta envolveu:

Consulta ao Pannel de Preços Oficial (Compras.gov.br): Pesquisa sistemática por Catálogo de Materiais (CATMAT) de cada um dos 48 itens, filtrando por cotações homologadas no período dos últimos 12 meses. Esta fonte primária fornece dados reais de compras governamentais, refletindo preços praticados e volumes transacionados.

Pesquisa em Sítios Eletrônicos de Varejo de Domínio Público: Para itens que não apresentaram cotações suficientes ou recentes no painel oficial, complementou-se a análise com pesquisa em marketplaces e sites de grandes distribuidores, buscando estabelecer referências de mercado atuais.

Análise dos Dados e Definição dos Preços de Referência:

Com base no corpus de dados coletados e consolidados no Relatório de Pesquisa de Preços nº 430/2025, procedeu-se à análise técnica com os seguintes objetivos e resultados:

Identificação de Padrões e Especificações: Confirmou-se a viabilidade e a correção das especificações técnicas propostas para os 48 itens, com base nos padrões de aquisição identificados em órgãos públicos de natureza similar.

Cálculo de Indicadores Estatísticos: Para cada item com amostra suficiente, calcularam-se indicadores robustos (média, mediana, desvio padrão e coeficiente de variação - CV%), permitindo uma análise profunda da dispersão e da tendência central dos preços de mercado.

Adoção da Mediana como Critério Técnico: O preço unitário de referência para a estimativa orçamentária foi estabelecido com base no método estatístico da mediana. Este critério foi eleito por sua resiliência a valores extremos (outliers) – frequentes em pesquisas de mercado – e por representar com maior fidelidade o valor central e mais frequente da distribuição de preços, assegurando uma base realista e defensável tecnicamente.

Tratamento de Itens com Alta Dispersão ou Sem Amostra: Para itens com coeficiente de variação (CV%) elevado (ex.: Item 33 - Luva Borracha, CV 680,1%), realizou-se análise qualitativa das cotações para descartar registros atípicos ou errados, validando a mediana como parâmetro. Para os 4 itens sem cotação no painel oficial, o preço de referência foi formado exclusivamente a partir da pesquisa complementar na internet.

A pesquisa demonstrou a viabilidade de mercado para todos os itens e permitiu a formação de um orçamento estimado total de R\$ 101.026,35, tecnicamente fundamentado. A origem dos preços de referência consolida-se da seguinte forma: 44 itens (91,7%) tiveram seu preço baseado na mediana do Pannel de Preços Oficial, e 4 itens (8,3%) tiveram seu preço definido por pesquisa na internet. Este levantamento robusto atende integralmente ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, assegurando que o valor estimado da contratação é compatível com os preços praticados pelo mercado.

6. Descrição da solução como um todo

A solução contratual consiste na aquisição centralizada e na posterior contratação sob demanda, por meio de Ata de Registro de Preços, de materiais de consumo diversificados, essenciais para a operação do Restaurante Estudantil do Campus Macaé do Instituto Federal Fluminense.

Esta solução estrutura-se em dois momentos técnico-administrativos distintos e complementares:

1. Fase de Registro de Preços (Licitação):

Realiza-se um único Pregão Eletrônico para registrar preços e condições comerciais para 48 (quarenta e oito) itens padronizados, agrupados em um único processo mas com disputa individualizada por item. Esta fase tem por objetivo estabelecer, com base na ampla concorrência, um catálogo de preços válido por um período determinado. A forma de disputa por item garante que se obtenha a condição mais vantajosa em cada segmento específico do mercado (descartáveis, produtos de limpeza, utensílios), maximizando a competitividade.

2. Fase de Contratação sob Demanda (Administrativa):

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços resultante, o Campus Macaé poderá realizar contratações diretas e ágeis com os fornecedores habilitados, para os itens e nas quantidades necessárias no momento da demanda real. Esta fase dispensa novos processos licitatórios, garantindo agilidade no suprimento. A execução se dará por meio da emissão de Requisições de Entrega ou de Contratos de Fornecimento Contínuo, conforme previsto no edital de registro, assegurando flexibilidade para atendimento às flutuações do consumo.

Aspectos Técnico-Operacionais e de Conformidade Normativa:

A solução abrange a seleção de 48 itens padronizados, conforme detalhado no Termo de Referência 62/2025, cujas especificações técnicas garantem:

Padronização e Qualidade: Especificações detalhadas para cada item (ex.: dimensões, capacidade, material, concentração), alinhadas às exigências de uso em cozinha industrial e restaurante estudantil, assegurando a qualidade e a aptidão ao fim a que se destinam.

Segurança e Higiene: Itens devem atender às normas sanitárias vigentes, inclusive da ANVISA, quando aplicável. Especificações para descartáveis (marmitas, copos, talheres) e produtos de limpeza (detergentes, desinfetantes, álcool) são delineadas para garantir a higiene no preparo, manuseio e distribuição de alimentos, bem como a limpeza e desinfecção adequadas do ambiente.

Observância a Legislação Específica: A aquisição dos insumos destinados ao Restaurante Estudantil considera indiretamente o escopo da Lei nº 11.947/2009 e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na medida em que visa apoiar a estrutura que fornece alimentação à comunidade acadêmica, devendo os materiais utilizados ser compatíveis com boas práticas de manipulação de alimentos.

Racionalidade Administrativa: O agrupamento da fase competitiva em um único registro de preços demonstra ganhos de escala, simplifica a gestão de contratos e homogeniza a qualidade dos insumos adquiridos ao longo do período de vigência do registro, enquanto a fase sob demanda garante eficiência operacional.

Em resumo, a solução é um modelo híbrido que combina a economicidade e a legalidade de uma licitação única e competitiva com a flexibilidade e a agilidade de contratações administrativas futuras, assegurando o suprimento contínuo, de qualidade e com o melhor custo-benefício para os insumos críticos do Restaurante Estudantil.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa quantitativa apresentada está fundamentada em projeção técnica do público potencial a ser atendido pelo Restaurante Estudantil do Campus Macaé no exercício de 2026, constituindo elemento essencial para o adequado dimensionamento da demanda por insumos, conforme exigido para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos da Lei nº 14.133/2021. Para definição da população de referência, adotou-se metodologia conservadora baseada nos dados oficiais mais recentes disponíveis. Como base principal, utiliza-se o quantitativo consolidado de matrículas do ano de 2024, que totalizou 2.281 alunos, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha e painéis institucionais da Pró-Reitoria de Ensino do IFFluminense. A projeção para o exercício de 2025, já consolidada, indica um total de 2.281 alunos matriculados, mantendo a estabilidade de demanda observada. Este dado oficial confirma a sustentação do corpo discente em patamar similar ao do ano anterior. Com base nesta estabilização comprovada e na expressiva relação candidato/vaga de 8,33 observada em 2024, projeta-se para o ano de 2026 um público-alvo aproximado de 2.300 (dois mil e trezentos) estudantes. Esta projeção considera:

1. A manutenção da capacidade instalada e do número de vagas ofertadas (668 em 2024)
2. A estabilidade comprovada nas matrículas entre 2024 e 2025
3. A elevada procura social evidenciada pela relação de mais de 8 candidatos por vaga
4. A significativa melhoria nos índices de permanência estudantil, com a taxa de evasão reduzida de 24,40% em 2023 para 10,96% em 2024.

A partir do quantitativo projetado de 2.300 estudantes para 2026, procedeu-se ao cálculo da demanda diária e mensal de refeições, considerando especialmente os estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, que demandam obrigatoriamente o serviço de almoço escolar por permanecerem em tempo integral no Campus em, no mínimo, três dias da semana. Esta característica específica dos cursos de Eletrônica, Eletromecânica, Automação Industrial e Meio Ambiente representa o núcleo mais estável e previsível da demanda por refeições. O consumo de materiais descartáveis (marmitas, copos, talheres) e de produtos de limpeza e higienização foi dimensionado de forma proporcional ao número estimado de refeições servidas, conforme detalhado na memória de cálculo técnica anexada ao processo. Dessa forma, a estimativa de consumo apresentada decorre objetivamente da projeção de público discente baseada em dados oficiais de 2024 e 2025, com projeção conservadora para 2026. O quantitativo de itens a serem adquiridos por meio de Registro de Preços resulta de modelo técnico verificável, assegurando planejamento aquisitivo proporcional, economicamente viável e compatível com as necessidades operacionais do Campus Macaé no exercício de 2026, em atendimento às exigências de segurança alimentar e nutricional previstas no PDI da instituição e na legislação pertinente.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 101.028,45

Base de Cálculo e Metodologia: O valor total resulta da somatória dos produtos entre os quantitativos projetados e seus respectivos preços unitários de referência, conforme tabela discriminativa. A formação desses preços decorre de pesquisa de mercado abrangente, realizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que contemplou:

Consulta ao Pannel de Preços Oficial (Compras.gov.br): Foram obtidas referências para 44 dos 48 itens (91,7% do objeto). Para estes, o preço de referência adotado corresponde à Mediana dos valores coletados no período de 12 meses, metodologia que mitiga a influência de valores extremos.

Pesquisa em Sítios Eletrônicos de Varejo (Internet): Para 4 itens que não apresentaram cotações no Pannel de Preços no período analisado (Itens 20, 22, 23 e 28), a referência de preço foi estabelecida mediante pesquisa em fontes de domínio público na internet, garantindo a cobertura total do objeto.

Análise Crítica da Amostra e Validação dos Preços: A pesquisa identificou variações significativas no Coeficiente de Variação (CV%) entre os itens. Itens com CV% elevado (ex.: Luva Borracha - Item 35, CV 680,1%) foram submetidos a análise qualitativa detalhada das cotações amostrais. Verificou-se que valores atípicos superiores correspondiam a registros pontuais ou com quantidades ínfimas, não representativos do mercado. A opção pela Mediana, neste contexto, mostrou-se tecnicamente adequada para filtrar tais distorções e representar o preço de mercado praticável.

Caráter Estimado e Sigilo Orçamentário: Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado total desta contratação terá caráter sigiloso até a fase de recebimento das propostas, visando preservar a competitividade. Contudo, em observância ao princípio da publicidade, serão divulgados integralmente no edital os quantitativos detalhados e os preços unitários de referência de cada um dos 48 itens, assegurando a todos os licitantes condições isonômicas de proposta.

Compatibilidade de Mercado e Potencial de Economia: O valor global estimado demonstra compatibilidade com os padrões de mercado para aquisições de natureza e volume similares. A formatação da licitação, com disputa individualizada por item, visa capturar as melhores condições possíveis em cada segmento específico do mercado fornecedor, podendo resultar em valor final contratado inferior à presente estimativa.

Resumo da Origem dos Preços de Referência:

Itens com base no Pannel de Preços Oficial (Mediana): 44 itens

Itens com base em Pesquisa na Internet: 4 itens (Itens 20, 22, 23, 28)

Total de Itens Orçados: 48 itens

Portanto, o valor de R\$ 101.028,45 constitui estimativa técnica e economicamente fundamentada, servindo como parâmetro confiável para reserva orçamentária e análise de viabilidade, em estrita conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após análise técnica e considerando a experiência acumulada em contratações anteriores, optou-se pela realização da licitação com disputa individualizada para cada um dos 48 itens, não sendo adotada a modalidade de parcelamento em lotes temáticos ou geográficos. Esta decisão fundamenta-se nos seguintes critérios práticos e técnicos, extraídos da vivência operacional e da dinâmica de mercado:

1. Especialização do Mercado Fornecedor e Otimização de Custos: A experiência demonstra que o mercado fornecedor para os itens objeto desta licitação é segmentado. Empresas especializadas em descartáveis alimentícios raramente detêm as melhores condições comerciais para produtos de limpeza química industrial, e vice-versa. A disputa individual por item possibilita que cada licitante apresente sua proposta mais competitiva exclusivamente nos itens de seu domínio, extraíndo o menor preço possível de cada segmento especializado do mercado. Um lote único ou agrupado tenderia a homogeneizar propostas e poderia mascarar preços menos vantajosos em categorias específicas.

2. Resiliência Operacional e Continuidade do Serviço: A estrutura por itens autônomos confere robustez e flexibilidade à execução contratual. Em situações pontuais de inadimplemento, atraso na entrega ou necessidade de resolução de pendência específica relacionada a um único item, os demais 47 itens não sofrem impacto. Esta característica garante a continuidade do abastecimento para a maior parte dos insumos, evitando que uma questão isolada paralise o recebimento de todo o conjunto, conforme lições aprendidas em aquisições passadas.

3. Transparência Analítica e Gestão Estratégica: A formatação item a item proporciona transparência absoluta na composição dos custos. A Administração pode analisar com precisão o comportamento de preço de cada insumo, identificar variações de mercado específicas e utilizar esses dados para futuras negociações, revisão de especificações ou ajuste de quantitativos. Essa granularidade de informação é uma ferramenta valiosa para o aprimoramento contínuo da gestão de suprimentos.

4. Adequação à Dinâmica do Pregão Eletrônico: A modalidade de Pregão Eletrônico, pela qual se realizará a licitação, é tecnicamente compatível e eficiente para a condução de disputas por item. O sistema permite a apresentação e o acompanhamento de lances de forma ágil e organizada para cada um dos 48 itens, assegurando agilidade, publicidade e isonomia no processo competitivo.

Portanto, a escolha pela não parcelamento e pela disputa individualizada por item não é uma mera opção administrativa, mas uma decisão estratégica baseada em experiência empírica. Visa capturar a máxima eficiência econômica segmentada, conferir resiliência à operação, garantir transparência gerencial e se adequar perfeitamente ao mecanismo licitatório escolhido, assegurando o melhor atendimento às necessidades diárias e contingenciais do Restaurante Estudantil do Campus Macaé.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O objeto desta contratação possui histórico de licitação anterior por este órgão e guarda estreita afinidade temática e material com aquisições passadas, configurando uma demanda recorrente e essencial às operações do Restaurante Estudantil.

A aquisição centralizada de materiais de consumo (descartáveis e produtos de limpeza) para o Restaurante Estudantil constitui uma demanda cíclica e previsível da administração, decorrente da própria natureza do serviço de alimentação. A necessidade de reposição periódica destes insumos torna objeto de licitações seriadas, com periodicidade geralmente anual ou semestral.

O objeto apresenta identidade material e afinidade técnica direta com o conteúdo de licitações anteriores realizadas pelo Instituto Federal Fluminense, em especial aquelas destinadas ao abastecimento de suas unidades com material de consumo para cozinhas e refeitórios. A afinidade reside na mesma categoria de materiais (descartáveis, produtos de limpeza e higiene), na finalidade idêntica (suprir as operações de um restaurante institucional) e nas especificações técnicas similares, adaptadas às normas de segurança alimentar e às práticas de cozinha industrial.

A existência de processos licitatórios anteriores para objeto análogo constituiu fonte de dados valiosa para a elaboração da presente pesquisa de preços e para o dimensionamento dos quantitativos. Permitiu validar ou revisar as especificações técnicas com base na experiência de uso, analisar o comportamento do mercado fornecedor neste segmento específico e identificar pontos de melhoria nos critérios de julgamento ou nas condições de fornecimento.

A realização de uma nova licitação, apesar da existência de processos anteriores, justifica-se pela exaustão ou vencimento da vigência do registro de preços ou contrato anterior, pela necessidade de atualização dos preços de referência em face da dinâmica do mercado, pela revisão dos quantitativos para adequação à demanda real e atual do Campus Macaé e pela oportunidade de ampliar a competitividade e buscar condições mais vantajosas em um novo certame.

A contratação ora planejada, portanto, insere-se em um fluxo contínuo de aquisições necessárias à manutenção de um serviço público essencial. Sua afinidade com objetos licitados anteriormente não a inviabiliza, mas, ao contrário, confere base empírica para um planejamento mais preciso e para a expectativa de um processo competitivo robusto, dada a familiaridade do mercado com o tipo de demanda. A nova licitação representa o ciclo regular de renovação do suprimento, com potencial de aprimoramento em relação às aquisições passadas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está em plena conformidade e alinhamento estratégico com o planejamento de médio e longo prazo do Instituto Federal Fluminense, conforme documentado em seus instrumentos de gestão.

1. Alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023.2-2028.1):

O Campus Macaé, conforme detalhado no Capítulo 7 do PDI (Tabela 7.19), mantém uma oferta educacional robusta e em expansão, com projeção de crescimento no número de vagas oferecidas, passando de 753 em 2023 para 1.293 vagas anuais a partir de 2026. Esta expansão, que inclui novos cursos como Licenciatura em Educação Física e cursos técnicos em Eletrotécnica e Mecânica, gera uma demanda crescente e previsível por serviços de apoio, notadamente o Restaurante Estudantil. A contratação de suprimentos para esta unidade é, portanto, uma ação derivada diretamente do cumprimento das metas de oferta de cursos estabelecidas no principal documento de planejamento da instituição.

2. Previsão no Planejamento de Infraestrutura:

Conforme o Anexo Tabela XXI - Demandas de Infraestrutura Macaé, a aquisição de novos aparelhos para a cozinha do restaurante (Item 4) está prevista e orçada para o exercício de 2025, com fonte de recurso orçamentário própria (OP). Embora o objeto da presente licitação seja

distinto (materiais de consumo), ele complementa e é essencial para a operação dessa infraestrutura. A previsão de investimentos em infraestrutura física do restaurante reforça a natureza permanente e crítica do serviço de alimentação, da qual esta aquisição de insumos é parte indissociável.

3. Sustentabilidade Orçamentária e Projeções de Custeio:

As projeções orçamentárias de custeio para o Campus Macaé (Tabelas 11.1 e 11.2 do PDI) demonstram uma previsão de crescimento anual dos recursos, partindo de R\$ 5,0 milhões em 2023 e alcançando R\$ 8,0 milhões em 2028. Este crescimento visa, entre outros fins, atender às despesas operacionais decorrentes da expansão das atividades. O valor estimado da presente contratação (R\$ 101.026,35) é plenamente absorvível dentro da projeção orçamentária do campus para 2026, não comprometendo o equilíbrio financeiro e estando em harmonia com a curva de crescimento dos recursos de custeio.

4. Prioridade no Contexto da Assistência Estudantil:

O Campus Macaé possui uma dotação específica e significativa para Assistência Estudantil (Quadro 11.3), totalizando R\$ 1.170.735,16 para 2023. Um Restaurante Estudantil bem suprido é um pilar fundamental da política de assistência e permanência discente. Assegurar o funcionamento contínuo e de qualidade deste serviço por meio de uma contratação regular e planejada de insumos otimiza o uso desses recursos destinados ao aluno, contribuindo diretamente para a redução da evasão e o sucesso acadêmico.

Em síntese, esta contratação não é um evento isolado, mas um elemento operacional crítico e planejado para viabilizar a execução das metas de expansão da oferta de cursos (PDI), para operar os investimentos em infraestrutura previstos, para consumir recursos de custeio dentro das projeções financeiras realistas e para efetivar as políticas de assistência estudantil da instituição. Ela materializa, na esfera da aquisição de suprimentos, o compromisso institucional com o desenvolvimento do Campus Macaé conforme estabelecido em seus planos estratégicos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de materiais essenciais, como copos, talheres descartáveis, embalagens, produtos de higiene e limpeza, assegura o funcionamento regular do restaurante estudantil, garantindo que os estudantes recebam suas refeições sem interrupções, conforme a Lei nº 11.947/2009.

Itens como luvas descartáveis, sanitizante para hortifrúti, sacos plásticos esterilizados e produtos de limpeza específicos (desengordurante, detergente neutro, álcool 70%) atendem às normas da ANVISA e boas práticas de manipulação de alimentos, preservando a saúde dos estudantes.

A contratação única para todos os itens necessários ao restaurante evita processos licitatórios fragmentados, reduzindo retrabalho e otimizando a gestão de compras.

Embora o TR seja específico para o Campus Macaé, a compra consolidada de itens em grandes quantidades (ex.: 100 caixas de colher plástica, 200 pacotes de saco de lixo 200L) permite preços mais vantajosos.

O uso do Sistema de Registro de Preços (implícito no modelo) permite que o campus realize aquisições conforme a demanda real, sem necessidade de manter grandes estoques, evitando desperdícios.

Agilidade na reposição dos estoques

A existência de uma ata de registro de preços vigente permite contratações ágeis, com prazos de entrega reduzidos, garantindo a rápida reposição de itens essenciais.

Especificações técnicas claras (ex.: capacidade de caixas, medidas de sacos, composição de produtos) reduzem riscos de fornecedor entregar itens inadequados.

A aquisição garante a infraestrutura necessária para o funcionamento do restaurante estudantil, apoiando diretamente a permanência dos estudantes no campus.

Redução estimada de 25% nos resíduos plásticos enviados a aterros

Economia de R\$ 3.000-5.000/ano com logística reversa

Diminuição de 15% no consumo de produtos químicos via concentrados

Atendimento à Lei 12.305/2010 (PNRS) e ao Decreto 11.075/2022 (Mercado de Carbono)

Sistema de pontuação ambiental como critério de desempate (até 8 pontos)

13. Providências a serem Adotadas

Fase Pré-Licitação e Preparação

Confirmar a disponibilidade orçamentária para o valor estimado de R\$ 101.028,45 e para eventuais aditivos, reservando adicional para possíveis custos vinculados a critérios de sustentabilidade. Verificar se todos os 48 itens estão corretamente catalogados (CATMAT) e se

suas especificações técnicas são claras, objetivas e suficientes para evitar ambiguidades, incluindo os novos critérios ambientais obrigatórios. Assegurar que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) esteja devidamente justificado, anexado ao processo e que fundamente a caracterização dos bens como "comuns".

Durante o Processo Licitatório

Publicar o edital em veículo oficial, garantindo ampla divulgação e acesso igualitário aos fornecedores. Preparar-se para responder a eventuais pedidos de esclarecimento ou impugnações dentro dos prazos legais estabelecidos. Constituir a Comissão de Licitação para análise das propostas e documentação, assegurando o estrito cumprimento do critério de julgamento (menor preço) e a correta aplicação dos critérios de desempate baseados em sustentabilidade.

Homologação e Adjudicação

Emitir e publicar o aviso de homologação do resultado do processo licitatório. Formalizar a adjudicação ao licitante vencedor, comunicando-o oficialmente e exigindo a apresentação do Plano de Gestão Ambiental, conforme previsto no edital.

Assinatura do Contrato ou Instrumento Habil

Elaborar o contrato ou termo de adesão à ata de registro de preços detalhando claramente: prazos de entrega por item; local e condições de entrega (horário, responsável); procedimentos para inspeção e aceitação dos materiais, com foco na conformidade com as especificações sustentáveis; regime de medição e forma de pagamento; sanções por atraso e descumprimento, incluindo cláusulas específicas para não atendimento dos critérios ambientais; e direitos e deveres de ambas as partes. Assegurar que a assinatura do instrumento contratual ocorra dentro do prazo legal.

Execução Contratual e Recebimento

Designar um responsável técnico no campus (gestor do restaurante ou almoxarifado) para ser o ponto de contato com o fornecedor e fiscalizar o cumprimento integral do contrato. Organizar a logística interna para recebimento, conferência e armazenamento, verificando: quantidade; conformidade com as especificações técnicas e ambientais; prazos de validade (especialmente para produtos químicos); e integridade das embalagens. Registrar qualquer não conformidade em documento formal (ata de irregularidade) e comunicar imediatamente ao setor contratante para aplicação das sanções cabíveis (substituição, multa, etc.).

Gestão e Controle Pós-Recebimento

Armazenar os produtos de limpeza e químicos em local separado, seguro, ventilado e distante dos gêneros alimentícios, conforme normas de segurança. Controlar o estoque e o consumo dos materiais para planejar futuras aquisições dentro da vigência da ata. Manter toda a documentação do processo (termo de referência, edital, propostas, contrato, atas de recebimento, notas fiscais) organizada e arquivada para fins de auditoria e transparência.

Finalização e Avaliação

Efetuar os pagamentos conforme os prazos contratuais, após a correta conferência e aceitação dos itens. Ao final da vigência, avaliar o desempenho do fornecedor (cumprimento de prazos, qualidade dos produtos, atendimento aos critérios ambientais) para subsidiar futuras contratações. Realizar um balanço da eficácia do processo, identificando pontos de melhoria, especialmente quanto à viabilidade e aos resultados dos critérios de sustentabilidade adotados.

A adoção dessas providências assegura que a contratação atinja seus objetivos de forma eficiente, transparente e em total conformidade legal, garantindo o contínuo fornecimento de insumos essenciais para o restaurante estudantil.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de materiais de limpeza e descartáveis para o restaurante estudantil, conforme descrita, apresenta diversos impactos ambientais potenciais, que foram rigorosamente analisados e serão mitigados através das seguintes exigências contratuais obrigatórias:

Impactos Identificados e suas Mitigações Contratuais

a) Geração de Resíduos Sólidos:

Impacto: Uso de itens descartáveis como copos (25.000 unidades), talheres plásticos (200.000 unidades), cumbucas de EPS (90.000 unidades), sacos plásticos (60.000 unidades), gerando volume significativo de resíduos.

Mitigação Contratual Exigida:

- Itens 6, 7, 8, 9, 11: Deverão conter mínimo 30% de material reciclado pós-consumo OU ser biodegradáveis/compostáveis conforme ABNT NBR 15448

- Item 9 (Cumbucas EPS): Aceitar-se-ão alternativas em PLA (ácido polilático) ou bagaço de cana com mesma capacidade (500ml)

- Itens 43-45 (Sacos de lixo): Espessura mínima de 50 micras para possibilitar reutilização

b) Consumo de Recursos Naturais:

Impacto: Produção consome petróleo, água, energia e celulose.

Mitigação Contratual Exigida:

- Produtos químicos (Itens 26-34, 46, 47): Fornecimento em versão concentrada (diluição mínima 1:50)
- Embalagens: Redução de 30% no volume de embalagens primárias em relação a produtos convencionais

c) Contaminação Química:

Impacto: Descarte incorreto pode contaminar solo e lençóis freáticos.

Mitigação Contratual Exigida:

- Logística Reversa Obrigatória: Fornecedor deverá recolher 100% das bombonas de 5L vazias
- FISPQs em Português: Todas as Fichas de Informação de Segurança deverão ser fornecidas
- Dosadores obrigatórios para produtos químicos concentrados

d) Emissões de GEE:

Impacto: Produção, transporte e decomposição liberam metano e CO.

Mitigação Contratual Exigida:

- Inventário de Carbono: Fornecedor apresentará estimativa de emissões do transporte
- Paletes (Itens 17-18): Mínimo 50% de plástico reciclado pós-consumo

Sistema de Pontuação Ambiental (Critério de Desempate)

Em caso de empate no menor preço, prevalecerá a proposta com maior pontuação ambiental:

Critério Ambiental	Pontuação	Comprovação Exigida
Produtos com percentual superior a 50% de material reciclado em sua composição	2 (dois) pontos por item	Certificado emitido por organismo acreditado (INMETRO, ABNT ou equivalente)
Utilização de embalagens retornáveis, com logística reversa formalmente estruturada	3 (três) pontos	Contrato ou declaração de parceria com empresa licenciada para reciclagem/logística reversa
Apresentação de certificação ambiental reconhecida (Ecolabel, FSC, ou equivalente)	2 (dois) pontos por item	Cópia autenticada do certificado válido
Redução mínima de 40% no uso de embalagens primárias, em comparação a produtos convencionais	1 (um) ponto por item	Relatório técnico comparativo, devidamente fundamentado

Pontuação Máxima	8 (oito) pontos	—
------------------	-----------------	---

Plano de Gestão Ambiental do Fornecedor (PGA)

O licitante vencedor terá 10 dias úteis após homologação para apresentar PGA contendo:

1. Programa de Logística Reversa: Cronograma de coleta das embalagens vazias
2. Relatório de Economia Circular: Percentual de material reciclado em cada item
3. Plano de Educação Ambiental: Material para capacitação dos usuários
4. Certificações Ambientais: Comprovação de todas as alegações sustentáveis

Monitoramento e Sanções

- Relatórios Trimestrais: Fornecedor apresentará relatório quantificando:
- Volume de embalagens retornadas
- Redução no consumo de plástico virgem
- Economia de água/energia
- Sanções por Descumprimento:
- Multa de 10% do valor do item por não comprovação dos critérios
- Substituição obrigatória dos produtos não conformes
- Suspensão do fornecimento até regularização

Benefícios Ambientais Estimados

Com a implementação destas medidas, projeta-se para esta contratação:

- Redução de 35% nos resíduos plásticos enviados a aterros
- Economia de R\$ 4.200,00/ano com logística reversa
- Diminuição de 20% na pegada de carbono dos produtos
- Atendimento integral à Lei 12.305/2010 (PNRS) e ao Decreto 11.075/2022

Compatibilidade com Legislação

Estas exigências atendem ao:

- Art. 26, V da Lei 14.133/2021 (compras públicas sustentáveis)
- Política de Compras Sustentáveis do IFFluminense

Recomendações para Gestão Interna

Paralelamente às exigências contratuais, recomenda-se ao Campus Macaé:

1. Implantar sistema de compostagem para resíduos orgânicos do restaurante
2. Estabelecer parceria com cooperativa de reciclagem para os recicláveis
3. Realizar auditoria semestral do consumo de descartáveis
4. Criar comitê de sustentabilidade envolvendo estudantes e funcionários

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento, responsável pela análise do Estudo Técnico Preliminar declara formalmente a viabilidade da contratação para aquisição de materiais de limpeza e descartáveis destinados ao restaurante estudantil do Campus Macaé.

Esta declaração fundamenta-se em uma análise abrangente que atesta a necessidade, a legalidade e a conveniência da proposta. O objeto da contratação compreende itens de consumo imprescindíveis para assegurar a operação higiênica, segura e ininterrupta do serviço de alimentação, diretamente alinhado ao cumprimento da Lei nº 11.947/2009, que garante o atendimento aos estudantes.

Do ponto de vista jurídico e administrativo, o procedimento licitatório encontra-se perfeitamente estruturado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata. A contratação unificada dos bens, todos caracterizados como comuns, promove expressiva racionalização, gerando economia de escala, previsibilidade orçamentária e agilidade operacional, o que justifica plenamente a opção pelo modelo de licitação adotado.

A viabilidade financeira está devidamente comprovada pela existência de dotação orçamentária específica e suficiente para cobrir o valor total estimado, garantindo a execução do contrato sem riscos de descontinuidade.

Reconhece-se, como parte da análise, a existência de aspectos passíveis de aprimoramento contínuo, notadamente os relacionados aos impactos ambientais do uso de descartáveis. Contudo, tais aspectos não inviabilizam a presente contratação, sendo classificados como riscos mitigáveis durante a execução do contrato e como oportunidades para a inclusão de critérios de sustentabilidade mais robustos em aquisições futuras.

Diante do exposto, considerados os requisitos de legalidade, necessidade, economicidade e os relevantes benefícios sociais e educacionais envolvidos, a equipe de planejamento conclui pela plena viabilidade técnica, jurídica, orçamentária e administrativa desta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALESSANDRA BARRETO PARAVIDINO

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
gov.br ALESSANDRA BARRETO PARAVIDINO
Data: 25/02/2026 19:06:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DEIVISSON CALDAS PEREIRA

Pregoeiro

Documento assinado digitalmente
gov.br DEIVISSON CALDAS PEREIRA
Data: 25/02/2026 19:16:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCIANO LOPES RODRIGUES

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCIANO LOPES RODRIGUES
Data: 25/02/2026 21:13:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente
JADER SASCHO RAMOS
Data: 26/02/2026 20:10:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JADER SASCHO RAMOS

Agente de contratação



Documento assinado digitalmente
PAULA FREITAS BOYNARD DE VASCONCELOS
Data: 13/03/2026 15:25:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PAULA FREITAS BOYNARD DE VASCONCELOS

Membro da comissão de contratação

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar

Assunto: Estudo Técnico Preliminar
Assinado por: Alessandra Paravidino
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples
Responsável pelo documento: Alessandra Barreto Paravidino (1813753) (Servidor)

Documento assinado eletronicamente por:
▪ **Alessandra Barreto Paravidino, NUTRICIONISTA-HABILITACAO**, -, em 13/03/2026 16:05:44.

Este documento foi armazenado no SUAP em 13/03/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.iff.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1091364
Código de Autenticação: 936522a550



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

.....

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFFluminense, por intermédio do Campus Macaé, com sede na Rodovia Amaral Peixoto, km 164, Imboassica, Macaé – RJ, CEP 27932-050, inscrito no CNPJ /MF sob o nº 10.779.511/0001-07, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Sra. Áurea Yuki Sugai, nomeada pela Portaria nº 304/2024, de 12 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União em abril de 2024, portadora da matrícula funcional nº 2162805, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para Registro de Preços nº 90066/2025, publicada no Diário Oficial da União de/ /2025, processo administrativo n.º 23320.003169.2025-61, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital em comento, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1- DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e descartáveis para o restaurante estudantil do Campus Macaé. O objeto a ser registrado é aquele especificado no(s) item(ns)..... do Termo de Referência nº 62/2025 (UASG 158139), que integra o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90066/2025 (UASG 158139), sendo este edital e as propostas vencedoras partes integrantes da presente Ata para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
Item	Especificação	Marca/modelo	Unidade de medida	Quantidade total	Valor unitário	Valor total	Prazo de validade na data da entrega

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3.1 O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campus Macaé.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.2.1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Macaé

4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Será admitida a renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, desde que o sistema admita tal funcionalidade.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo a licitante se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.4.2.4. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital 02/2025 (158139); e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. Alteração ou atualização dos preços registrados

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. Negociação dos preços registrados

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023:

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo

inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. Das penalidades

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital 90066/2025 (158139).

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Condições gerais

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência 62/2025

(158139), anexo ao Edital 90066/2025 (158139).

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Macaé, XX de XXXX de 2025.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES EM GERAL - LICITAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE.

Processo Administrativo nº **23320.003169.2025-61**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E
TECNOLOGIA FLUMINENSE., E _____.

A(O) **INSTITUTO FEDERAL IFLUMINENSE**, por intermédio do(a) **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE.**, com sede no(a) **CORONEL WALTER KRAMER, 363**, bairro **PARQUE SANTO ANTONIO**, na cidade de **CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**, CEP **28080565**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.779.511/0001-07**, neste ato representado(a) por **Áurea Yuki Sugai**, cargo **Diretora Geral**, nomeado(a) pela Portaria nº **304/2024**, de **12 de abril de 2024**, publicada no DOU em **abril/2024**, portador da Matrícula Funcional nº **2162805**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____,

inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, _____, _____, bairro _____, _____, na cidade de _____, CEP _____,

doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____, _____, conforme _____, tendo em vista o que consta no Processo nº **23320.003169.2025-61** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão nº 9066/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Aquisição de materiais de limpeza e descartáveis para o restaurante estudantil - Campus Macaé**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER/CATMAT	Un. Medida	Quantidade	Valor Un	Valor Tot
1	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 mes(es) contados da _____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 0,00 (zero reais e zero centavos) .

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta)** dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, **junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento**, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda **Estadual** ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento **de** todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.23. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.25. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato .
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 158139;
- II) Fonte de recursos: 100;
- III) Programa de trabalho: 339030;
- IV) Elemento de despesa: L2994P01RTN;
- V) Plano interno: 231636;
- VI) Nota de empenho: 1;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Campos dos Goytacazes, Seção Judiciária de RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

.....
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE.

Áurea Yuki Sugai
Diretora Geral

.....
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1-

2-

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitações - AQUISIÇÕES EM GERAL - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025
Código de Identificação Ger@AGU: 0e1f491766360433508
Código Ger@ do Edital : 4012ef1766358670134